

UM BREVE OLHAR SOBRE A GRAMATICALIZAÇÃO DOS MARCADORES DISCURSIVOS *DEPOIS* E *AGORA*¹

Eloísa Bastos²

up201707717@letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. Como o título deixa antever, o presente trabalho tem por objetivo identificar e descrever as diferentes fases de gramaticalização atravessadas pelos marcadores discursivos *depois* e *agora*. Com essa finalidade em mente, estabeleceremos uma comparação entre os valores discursivos que estes marcadores exibiam entre o séc. XIII e o séc. XVI, e os valores discursivos que veiculam em Português Contemporâneo. A partir de um primeiro olhar sobre o nosso *corpus* lançamos a hipótese de que valores como os de causa-consequência, de contraexpectativa ou mesmo de localização espacial, identificados para estes marcadores no presente século, não se encontram ainda visíveis durante os séculos XIII a XVI, que contariam apenas com a função de advérbio temporal. Importar-nos-á, portanto, comprovar essa hipótese identificando e classificando os exemplos recolhidos em consonância com os princípios de *gramaticalização* propostos por Hopper (1987) e com os mecanismos de *gramaticalização*, sugeridos, mais tarde, por Heine (2003).

PALAVRAS-CHAVE. Pragmática Histórica, Gramaticalização, Marcadores Discursivos, *Depois*, *Agora*.

ABSTRACT. As the title suggests, the present work aims to identify and describe the different stages of grammaticalization crossed by the discursive markers *after* and *now*. With this purpose in mind, we will establish a comparison between the discursive values that these markers exhibited between the 13th and the 16th centuries and the discursive values that convey in Contemporary Portuguese. From the first look at our corpus, we hypothesize that values like cause-consequence, counter-expectation, or even spatial location, identified for these markers in the present century, are not yet visible in the 13th through 16th centuries, containing merely the function of a temporal adverb. Therefore, we will be interested in proving this hypothesis by identifying and classifying the examples collected in line with the grammaticalization principles proposed by Hopper (1987) and with the grammaticalization mechanisms suggested, later, by Heine (2003).

¹ Estudo realizado no âmbito da Unidade Curricular de Linguagem e História.

² Estudante do 1.º ano de Mestrado em Linguística.

KEYWORDS. Historical Pragmatics, Grammaticalization, Discourse Markers, *After*, *Now*.

1. Introdução

A história das línguas, assim como toda a história da humanidade, é marcada por um sem número de mudanças e evoluções que se têm vindo a processar ao longo dos tempos e que terão no futuro a sua continuidade. Com efeito, à medida que a humanidade evolui, também as línguas evoluem e se transformam, de tal modo que, por vezes, a reconstituição do seu percurso até à origem se revela uma tarefa árdua, senão mesmo impossível. Contudo, isso não demoveu a Linguística Histórica da sua tentativa de descrever a evolução das línguas e mostram os estudos que, em inúmeros casos, essa tentativa foi e continua a ser bem-sucedida.

Porém, na medida em que a língua não existe isolada do seu contexto de produção, consideramos que uma análise que contemple os aspetos gramaticais sem atender às dimensões contextuais não poderá alcançar a sua plenitude. Esta foi também a visão dos linguistas históricos e dos pragmaticistas, que, por volta da década de 80, uniram esforços na criação de uma disciplina – a Pragmática Histórica – que observasse simultaneamente a evolução linguística e o seu contexto de evolução. Ora, esta nova disciplina pode ser perspectivada de duas formas diferentes, como veremos ao longo deste artigo, e muito embora vejamos valias em cada uma delas, situamos o presente estudo no interior da chamada Pragmática Diacrónica. É, pois, à luz desta disciplina que surge a teoria da *gramaticalização* na qual basearemos a nossa análise. A partir dela, dos princípios de *gramaticalização* de Hopper (1987) e dos mecanismos de *gramaticalização* de Heine (2003), torna-se possível proceder a uma análise das diferentes fases pelas quais um item linguístico pode passar desde a sua origem até ao momento em que adquire novos significados, extinguindo-se o seu significado primordial.

Por conseguinte, partimos das formas linguísticas *depois* e *agora* (estratégia *form-to-function mapping*), presentes em textos do séc. XIII ao séc. XVI, para tentar identificar a evolução das suas funções discursivas, tendo por base que no Português Contemporâneo foram já descritas funções que não estão, pelo menos diretamente, relacionadas com o seu valor de advérbio temporal, nomeadamente os seus usos enquanto marcadores discursivos. Ademais, tentaremos verificar em que fase de gramaticalização se encontra cada um destes marcadores, descrevendo, em termos de perdas e de ganhos, os traços que nos permitem efetuar essa identificação. Não obstante, é de referir desde já que, em

princípio, estes itens, conquanto admitam novos usos, não se encontram ainda totalmente gramaticalizados em Português Europeu, uma vez que o seu uso enquanto advérbio temporal continua a ser possível.

2. Enquadramento teórico

Nesta secção apresentaremos uma indispensável revisão da literatura dedicada aos pressupostos teóricos que sustentam o nosso estudo.

Porquanto enquadrámos a nossa análise numa perspetiva Pragmática e Histórica, principiamos com uma breve descrição da conceção de mudança linguística à luz da Pragmática Histórica (Jacobs & Jucker 1995; Barros 2007; e.o.), passando, de seguida aos processos de Gramaticalização (Hopper 1991; Lehmann 1991; Traugott & König 1991; Bybee 2003; Heine 2003, Traugott 2003; Barros 2007; e.o.) que, na esfera da referida corrente, se apresentam como uma forma de explicar a transformação das formas linguísticas. Ademais, atentaremos na natureza dos marcadores discursivos (Fraser 1999; Zorraquino & Portolés 1999), em particular de *depois* e *agora*.

2.1. A Pragmática Histórica

A Pragmática Histórica, num sentido lato, é o culminar da combinação de nexos associados a duas disciplinas da Linguística que até aos anos 80 seguiam separadas, a Linguística Histórica e a Pragmática. Enquanto que à primeira interessavam os fenómenos de mudança e variação das línguas, de um ponto de vista diacrónico, à segunda interessava o uso da linguagem na produção e interpretação de significados em situações de comunicação concretas, que seriam, por isso, perspetivadas sincronicamente. Porém, “it is reasonable to assume that communication in earlier periods can also be described in terms of pragmatic phenomena” (Jacobs & Jucker 1995: 5).

Os autores alertam, contudo, que essa interdisciplinaridade pode conduzir a duas interpretações distintas. A aplicação de uma perspetiva pragmática ao domínio da Linguística Histórica conduzirá ao estudo do desenvolvimento e da mudança linguística, em função do contexto histórico.

Por outro lado, se a conceção de Pragmática Histórica for condizente com a aplicação de uma perspetiva histórica ao domínio da Pragmática, importará investigar a linguagem em

contexto de uso, isto é, “descrever as convenções do discurso que eram efectivas em estados linguísticos do passado” (Barros 2007: 6).

Jacobs & Jucker (1995) admitem a coexistência de ambas as correntes sob o escopo da Pragmática Histórica, distinguindo entre Pragmáfilologia e Pragmática Diacrónica, respetivamente.

Assim, a Pragmáfilologia ocupa-se das dimensões contextuais que condicionam discursivamente os textos do passado, atentando nas condições de produção e receção do texto, nos objetivos comunicativos envolvidos na sua produção e na própria relação entre emissor e recetor.

A Pragmática Diacrónica, por seu lado, dedica-se à análise do “inventário linguístico” e das transformações por ele sofridas no decurso da história de uma língua. Para o efeito, o linguista pode adotar uma de duas abordagens: 1) *form-to-function mapping diacrónica*: consiste na seleção de uma determinada forma linguística da qual se pretende examinar os diferentes significados adquiridos discursivamente; ou então 2) *function-to-form mapping diacrónica*: as diferentes formas sob as quais uma determinada função linguística se manifesta ao longo do tempo são investigadas tomando como ponto de partida a própria função.

No que concerne ao presente estudo, adotamos uma abordagem do tipo *form-to-function mapping*, partindo dos marcadores discursivos (MDs) *depois* e *agora* com o intuito de explorar a evolução histórica dos valores pragmáticos que se constroem a partir do valor temporal primitivo destes marcadores, de forma a observar esses fenómenos em consonância com os pressupostos desenvolvidos no interior da teoria da *gramaticalização*.

2.1.1. A Gramaticalização

A gramaticalização, nas palavras de Traugott & König (1991: 189),

“refers primarily to the dynamic, unidirectional historical process whereby lexical items in the course of time acquire a new status as grammatical, morpho-syntactic forms, and in the process come to code relations that either were not coded before or were coded differently.”

Em consequência desta conceção de *gramaticalização*, que contempla a mudança linguística enquanto processo de (re)construção de estruturas gramaticais, Lehmann (1991:

493) propõe uma série de mudanças sofridas pelo item gramaticalizado, a saber: 1) passagem de uma forma de base lexical a uma forma “mais gramatical”; 2) perda de conteúdo fonológico e semântico, conduzindo à ausência de restrições de seleção; e 3) inibição da “liberdade de manipulação”, isto é, a utilização do item gramaticalizado torna-se obrigatória em determinados contextos.

Note-se, no entanto, que, para Traugott & König (1991), na esteira de Traugott (1989, 1990), os aportes da *gramaticalização* incidem essencialmente sobre um domínio semântico-pragmático, na medida em que as mudanças semânticas são profundamente influenciadas pelas atitudes e crenças dos locutores em relação ao conteúdo proposicional dos seus enunciados. Assim, os problemas levantados pela assunção, proveniente de Meillet (1948 [1912]), de que a *gramaticalização* de um item envolve necessariamente o enfraquecimento do seu conteúdo semântico – *bleaching* – parece não ser suficiente para se desconsiderar uma visão semântico-pragmática dos processos de *gramaticalização*. Com efeito, os autores argumentam que o *bleaching* não é verificável senão em estádios mais tardios, razão pela qual uma análise deste tipo se deve centrar nos valores pragmáticos que enriquecem um item ao longo do seu percurso até à *gramaticalização*.

A dimensão co(n)textual é de tal forma relevante neste processo, que Bybee (2003: 602) chega mesmo a afirmar que “it may be more accurate to say that a construction with particular lexical items in it becomes grammaticized, instead of saying that lexical item becomes grammaticized”. De qualquer modo, importa reter a ideia de que um item lexical pode gramaticalizar-se em certas construções, enquanto noutras o seu significado se mantém (cf. Traugott 2003). Segundo Bybee (2003: 603), a (não) ocorrência deste fenómeno é explicável a partir da frequência de uso. Por outras palavras, a *gramaticalização* resulta da elevada frequência de uso de “sequências de palavras ou morfemas” que, em virtude dessa frequência, “becomes automated as a single processing unit” (Bybee 2003: 618), suscetível ao desempenho de novas funções pragmáticas.

Uma outra abordagem a ter em consideração quanto a esta temática é a de Hopper (1987), que propõe a existência de uma gramática emergente, no interior da qual o discurso é visto como um fenómeno social e, por consequência, temporal, cuja estrutura se encontra em constante mutação. Nesse sentido, a gramática deve ser entendida não como um conjunto imutável de regras que regulam a comunicação, independentemente dos intervenientes e do contexto, mas antes como um processo onde diferentes formas são admissíveis e

contextualmente motivadas. Interessa, portanto, a partir do estudo das repetições que ocorrem no discurso, identificar “those regularities which promise interest as incipient sub-systems” (Hopper 1987: 4). Assim, em 1991, o autor aponta um conjunto de princípios de gramaticalização, que se apresentam como uma ferramenta de identificação de formas em vias de gramaticalização e dos diferentes graus de gramaticalização nelas observáveis. Os **princípios de gramaticalização** (Hopper 1991: 22) são:

- 1) **Estratificação (*layering*)**: emergência de uma nova forma que coexiste e interage com outras formas mais antigas dentro de um mesmo domínio funcional;
- 2) **Divergência**: ao mesmo tempo que uma forma lexical se gramaticaliza, a forma lexical original ganha autonomia, podendo voltar a passar por um processo de gramaticalização. Dito de outro modo, uma forma adquire uma nova função em determinados contextos, mas noutros mantém o seu significado original, tal que de uma mesma forma etimológica se podem originar diferentes funções;
- 3) **Especialização**: ocorre uma redução do número de variedades de possíveis escolhas formais e, à medida que isso acontece, o uso das formas selecionadas torna-se obrigatório em determinados contextos;
- 4) **Persistência**: uma forma lexical adquire uma função gramatical por via do processo de gramaticalização, no entanto, a nova forma conserva alguns traços do significado primário da forma da qual deriva;
- 5) **Descategorização** (cf. *bleaching*): a forma gramaticalizada perde ou neutraliza as propriedades morfológicas e sintáticas características das categorias Nome e Verbo, para incorporar propriedades inerentes a outras categorias, como os Adjetivos ou as Preposições.

Por último, destacamos o contributo de Heine (2003: 577-578), que descreve a gramaticalização como uma teoria que, ao considerar o contexto pragmático e morfossintático fornece evidências para “reconstructing some of the extralinguistic foundations of grammar” (cf. Heine 2003: 577). Além disso, o autor defende que “the main motivation underlying grammaticalization is to communicate successfully” (Heine 2003: 578). Por conseguinte, os falantes recorrem a formas lexicais (*source*), com um significado concreto e mais facilmente

recuperável, para exprimir significados mais abstratos e de mais difícil acesso, ligados a “funções mais gramaticais” (*target*). Assim, de acordo com essa perspetiva, Heine (2003: 579) propõe um conjunto de **mecanismos de gramaticalização** que incidem sobre diferentes domínios da linguagem. Como de seguida ilustramos, cada um destes mecanismos incide, respetivamente, sobre o domínio da semântica, da pragmática, da morfossintaxe e da fonética:

- 1) **Dessemantização** (*bleaching* ou redução semântica): perda de conteúdo lexical ou de funções gramaticais;
- 2) **Extensão** (generalização contextual): aquisição de significado em novos contextos;
- 3) **Descategorização**: as formas *source* perdem propriedades morfossintáticas, incluindo o seu estatuto de palavras independentes (cliticização, afixação);
- 4) **Erosão** (redução fonética): perda de propriedades fonéticas.

A *gramaticalização* de um item linguístico *source*, no sentido de Heine (2003), compreende, portanto, a correlação do conjunto de mudanças sofridas em cada um destes níveis, às quais estão associadas não só as perdas semânticas, morfossintáticas e fonéticas, como também os ganhos que se verificam na esfera pragmática, porquanto o item gramaticalizado adquire novos significados decorrentes dos novos contextos de utilização. Assim, a *gramaticalização* pode ser descrita em termos de um modelo tripartido a que Heine (2003: 579) dá o nome de *overlap model*. De acordo com esse modelo:

- i. There is a linguistic expression A that is recruited for grammaticalization.
- ii. This expression acquires a second use pattern, B, with the effect that there is ambiguity between A and B.
- iii. Finally, A is lost, that is, there is now only B.

Admitir um processo de *gramaticalização* de acordo com estes pressupostos, ou com os de Hopper (1991), significa, então, admitir que, num estágio final desse processo, o significado primordial de um determinado item linguístico se perde totalmente, passando a existir apenas os usos que procedem da *gramaticalização*. Assim, é possível concluir que, quando um item se encontra totalmente gramaticalizado, a recuperação de qualquer traço inerente ao seu sentido original passa a ser impossível. Vale, no entanto, lembrar que um processo desta natureza envolve uma extensão temporal que atravessa gerações, sendo,

portanto, necessário considerar a sua análise não só de um ponto de vista pragmático, mas também de um ponto de vista histórico, de forma a dar conta de todas as suas subtilezas.

2.2. Os Marcadores Discursivos (MDs)

Os marcadores discursivos são, de acordo com Fraser (1999), unidades linguísticas invariáveis derivadas de classes sintáticas como as conjunções, os advérbios ou os sintagmas preposicionais, cuja principal função consiste em orientar a interpretação de um enunciado E_2 em relação ao enunciado E_1 que o precede. Essa interpretação é construída com base no valor pragmático do MD que introduz E_2 , embora este não participe do significado de qualquer dos enunciados, uma vez que o seu valor é meramente processual. Assim, os MDs “funcionam como facilitadores de inferências, sem as quais não seria possível compreender plenamente o significado das intervenções linguísticas” (Bastos no prelo).

Fraser (1999) divide os MDs em dois grandes grupos consoante estes relacionam tópicos ou mensagens e, com respeito aos últimos, propõe uma distinção entre **marcadores contrastivos**, **marcadores elaborativos** e **marcadores inferenciais**. As suas funções são, respetivamente, assinalar um contraste entre E_1 e E_2 , adição de informação ou de um argumento coorientado com E_1 , e atribuição de um valor conclusivo a E_2 em virtude da informação avançada em E_1 . No entanto, como notamos no nosso artigo de 2020, esta proposta parece-nos, em certa medida, incompleta, porquanto não dá conta de todos os valores que um MD pode tomar.

Por essa razão, consideramos relevante mencionar também a proposta de Zorraquino & Portolés (1999) que categorizam os MDs em **estruturadores de informação**, **conectores**, **reformuladores**, **operadores argumentativos** e **metadiscursivos conversacionais**. De acordo com essa proposta, os conectores seriam os responsáveis por indiciar as inferências que se devem retirar do conteúdo proposicional dos enunciados conectados. Sob o seu escopo encontram-se os **conectores aditivos**, que introduzem uma informação adicional a E_1 , **conectores consecutivos**, que introduzem uma consequência de E_1 , e **conectores contra-argumentativos**, que introduzem um argumento anti-orientado e mais forte do que E_1 .

Não obstante, com base na análise do MD *depois*, Bastos (no prelo) propõe que, além das funções anteriormente descritas, os MDs possam também adquirir³:

- a) **Valor de contraexpectativa:** que se assemelha ao dos conectores contra-argumentativos, distinguindo-se destes na medida em que não exige necessariamente a introdução de um argumento anti-orientado, mas antes a de uma informação que não era esperada tendo em conta o disposto em E_1 .
- b) **Valor de localização espacial:** “o alocutário interpreta a combinação de enunciados (...) como uma ordenação sequencial, que é de ordem espacial”. (Neste contexto, *depois* adquire um valor equivalente a “a seguir a x sítio”.)

Posto isto, ratificamos a ideia de que, a partir de um valor de origem, derivam outros valores que, associados à função de MD, “contribuem simultaneamente para a coerência do discurso e para economia linguística”, e, acima de tudo, para o sucesso da comunicação⁴.

2.3. A etimologia e o valor do advérbio temporal *depois*

Tradicionalmente, *depois*, que contém atualmente apenas uma forma gráfica, é classificado como um advérbio de localização temporal (Raposo 2013). Quer isto dizer que veicula informação temporal sucessivamente ordenada.

Relativamente à sua etimologia, Said Ali (1971: 188) refere que *depois* advém da partícula latina *post*, que teria inicialmente dado origem a *pois*, usado inicialmente como advérbio “e logo como conjunção”. No entanto, pouco tempo depois, passou a “preferir-se a forma reforçada *depois* e também *despois*” com um sentido equivalente a “mais tarde”.

Por outro lado, Machado (1977) documenta a existência das formas adverbiais *depois*, *despoes*, *despois* e *despos* ainda no séc. XIII, assim como a forma *depos*, já no séc. XIV, e a forma *despuis* “usado em terras de Miranda”.

Assim conclui-se que, embora a forma gráfica fosse diferente em português arcaico (ou antigo, consoante a terminologia escolhida), o seu significado e a sua função enquanto advérbio temporal estavam já delineadas.

³ Além do valor de contraexpectativa e de localização espacial, a autora engloba também neste conjunto o valor de marcador conversacional proposto por Lopes (2020). No entanto, uma vez que este se restringe à oralidade, não consideramos a sua descrição pertinente, porquanto dos séc. XIII a XVI apenas possuímos amostras escritas.

⁴ Note-se também que os MDs se pautam por possuírem relativa mobilidade na frase (Fraser 1999; Zorraquino & Portolés 1999; Lopes 2020) e por poderem surgir em diferentes registos de língua (Zorraquino & Portolés 1999). Contudo, estas são propriedades que não nos interessam particularmente no âmbito deste estudo.

2.5. A etimologia e o valor do advérbio temporal *agora*

O advérbio temporal *agora* é categorizado por Raposo (2013) como um advérbio de localização temporal anafórica, i.e., o seu valor temporal é dado a partir de uma expressão que o antecede e que define um período temporal delimitado, e, portanto, identificável sem recurso a outros elementos.

Do ponto de vista etimológico, Machado (1977: 148) descreve a proveniência deste advérbio a partir da expressão latina *hac hōrā*, correspondente ao ablativo. Não obstante, segundo o autor, a expressão *agora*, tal como escrevemos hoje, remonta já ao séc. VIII, verificando-se, mais tarde, no séc. XIII, expressões como *agura*, e no séc. XV, expressões como *ahora* e *aora*, provenientes do castelhano.

3. Constituição do *corpus* e metodologia

Tal como mencionamos anteriormente, o objetivo da nossa investigação passa por analisar os valores discursivos de *depois* e *agora* no período compreendido entre o séc. XIII e o séc. XVI, e valores discursivos que encontramos atualmente na língua, de forma a atestar (ou não) o seu processo de gramaticalização.

Quanto ao primeiro período indicado, não existem *corpora* referentes a textos dialógicos, por essa razão, e tendo em conta que a escrita é “uma modalidade de uso da língua complementar à fala” (Marcuschi 2001: 26), efetuamos uma análise, a nosso ver legítima, de textos escritos nessas épocas. Assim, a partir da lista de textos que apresentamos no Quadro I, recolhemos as ocorrências de *depois* e *agora* em todas as suas variantes gráficas, de forma a posteriormente observar os seus valores de acordo com os pressupostos ilustrados na secção anterior.

Quadro I. Lista de textos recolhidos para os séculos XIII, XIV, XV e XVI.

Título	Século	Abreviaturas
Notícia do Torto	Séc. XIII	NT
Testamento de D. Afonso II	Séc. XIII	TDAII
Foro Real	Séc. XIII	FR
Livro de Montaria	Séc. XIV	LM
Demanda do Santo Graal	Séc. XV	DSG
Crónica dos Reis de Bisnaga	Séc. XVI	CRB

No que diz respeito à recolha de exemplares mais recentes, executamos dois tipos de procedimentos.

Para *depois* recorremos a um *corpus* previamente tratado⁵ de ocorrências selecionadas a partir do *Corpus do Português – NOW* (2012-2019), doravante CPN, e do *Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense*, doravante PSFB. O primeiro conta com exemplos retirados de diversas fontes noticiosas de divulgação oral e escrita. O segundo contém exemplos provenientes de entrevistas orais informais realizadas a participantes de diferentes géneros, faixas etárias e graus de escolaridade.

Relativamente a *agora*, usamos exemplos já analisados na literatura, particularmente com base em Matos (1999).

Assim, uma vez que as amostras mais recentes se encontram previamente catalogadas de acordo com os seus valores discursivos, fundamentamos a análise dos MDs *depois* e *agora* no séc. XXI nas investigações precedentes.

⁵ No âmbito do Projeto em Ciências da Linguagem, realizado em 2020, levamos a cabo um estudo intitulado “A polifuncionalidade do marcador discursivo “depois” em discursos orais e escritos: valores temporais e pragmáticos”. Para o efeito, recolhemos um total de 1435 ocorrências de *depois*, das quais classificamos 157 de acordo com o seu valor pragmático (44 do CPN e 93 do PSFB). Por conseguinte, os exemplos de *depois* desenvolvidos neste trabalho, assim como os seus valores enquanto MD terão por base o referido projeto.

Os exemplares selecionados foram, então, examinados com base nos princípios (Hopper 1987) e nos mecanismos (Heine 2003) de *gramaticalização*, apresentando-se os respetivos resultados na secção seguinte.

4. Análise do *corpus*

No presente apartado expomos, ilustrando com exemplos do *corpus* reunido, os resultados obtidos de acordo com as propostas de Hopper (1987) e Heine (2003). Levando em consideração os pressupostos de cada uma delas, procuramos identificar as fases de gramaticalização em que se encontram os MDs *depois* e *agora*, comparativamente às fases verificadas (se verificáveis) nos séculos XIII, XIV e XV.

De forma a melhor estruturar a informação, segmentamos a análise em duas subsecções, uma concernente a *depois* e outra a *agora*, que seguidamente apresentamos.

4.1. O Marcador Discursivo *depois*

Ao longo do presente artigo assinalamos que a frequência com que determinado item linguístico é utilizado contribui para uma possível gramaticalização do mesmo, e que essa gramaticalização implica perdas a nível semântico, morfossintático e fonético, e ganhos ao nível do significado pragmático. Consequentemente, um item gramaticalizado ou em processo de gramaticalização deverá exibir uma série de mudanças que podem ser legitimadas como fases de gramaticalização, por via da sua correspondência aos princípios de gramaticalização de Hopper (1987) e dos mecanismos de gramaticalização de Heine (2003), que, como já referimos, funcionam como ferramentas de teste.

Assim, para que seja possível aplicar essas ferramentas, é necessário atentar, em primeiro lugar, nos usos que são feitos da forma linguística em análise e na evolução desses mesmos usos ao longo do tempo. Considerando, portanto, que a gramaticalização é um processo, em parte, temporal, e que com o avançar do tempo será mais provável observar novos estádios desse processo, colocamos a hipótese de que a polifuncionalidade que caracteriza atualmente o MD *depois* não seria verificável entre os séculos XIII e XVI, e que, por isso, nesses períodos, não seriam ainda apuráveis as diferentes fases de gramaticalização. Vejamos agora se os exemplos corroboram essa hipótese.

Em (1) - (6), apresentamos alguns exemplares recolhidos a partir de textos do séc.

XIII.

- (1) “E por istes tortos que li fecer(ũ) tem q(u)a a seu plazo quebrãtado e q(u)a li o deuẽ por sanar. E **depois** ouer(ũ) seu mal e meteu o abad(e) paz a[n]tre illes ãno carualio d(e) Laurecdo.” (NT)
- (2) “E **d(e) pos** iste p(lec)to pre[n]d(e)ronli o seruical otro om(e) de sa casa, e troser(ũ)no dias p(er) mōtes e fecer(ũ)les tã máá prisõ p(er) que leuar(ũ) deles q(u)anto poder(ũ) au(e)r.” (NT)
- (3) “E **d(e) pois** li d(e)sũro Gõcauo Gõcauiz sa fili[a] pechena. E irmar[ũ]li casales und(e) perdeu fructu. E isto fui **d(e) pois** que furũ fñidos anto abade. E **d(e) pois** que furũ ãfiados por iuizo d(e) ilo rec.” (NT)
- (4) “E mãdo q(ue) o q(ue) eu der daq(ue)sta mãda en mia vida q(ue) non’o busque nenguu **depos** mia morte.” (TDAII)
- (5) “Deffendemos q(ue) nenhuu omẽ nõ seya chamado pera iuyzo en dya d(e) domĩgo nen en dya d(e) natal nẽ en dya d(e) circũsyzionis nen en dya d’apariço nẽ tres dyas **depos** natal nẽ tres dyas ante de natal nen tres dyas ante pasqua nen tres dyas **depos** pasca (...)” (FR)
- (6) “(...) nẽ en dya d’acensyo nen en dya de penticoste nen dyas **depoys** nẽ enas festas todas de S(anct)a M(aria) nen en dya de Sanyoane nen en dya d(e) San Pedro nen en dya d(e) Santiago nen en dya d(e) todos los sanctos nen ennos dyas do mercado (...)” (FR)

A análise atenta dos exemplos supramencionados mostra que, efetivamente, os mesmos ainda não denotam qualquer sinal de que se tenha dado início a um processo de gramaticalização. De facto, em todos os exemplos, *depois* cumpre meramente a sua função de advérbio temporal, marcando uma sucessão de situações que podem ter lugar no passado ou no futuro.

Contudo, dadas as variações gráficas encontradas, poder-se-ia pensar que talvez estivesse em causa uma redução fonética, ou erosão, destas unidades linguísticas. A nosso ver não é esse o caso, em primeiro lugar porque estes textos datam de uma fase incipiente do português escrito, na qual era visível grande flutuação ortográfica em diversas palavras, e, em segundo lugar, porque, mesmo que o primeiro argumento não se verificasse, de acordo com Heine (2003), para estarmos perante a gramaticalização de um item linguístico é imperativo que todos os mecanismos se verifiquem simultaneamente.

Comparemos agora com o que acontece no séc. XIV.

- (7) “E ao desfazer que assi desfaz he que a herua que o primeiro porco que por alli passou lançou as pontas por diante, que o outro porco que **depos** elle vem que as torne por a metade do vado que o outro faz ou por a outra parte contraria onde passa o vado.” (LM)
- (8) “E porque a sua natureza do porco he, quando lhe son postos os caães, sempre requerer por salvaçom de sua vida os grandes montes, por esta cousa, quando se vee assi apertado antre os que veem **depos** elle e os da vozaria, d-aguisada cousa he, e de feito assi se faz, que os demais delles a passam, posto que a vozaria seja tomada o melhor que pode seer.” (LM)
- (9) “E en todas estas colores, como nos signaaes, devem a parar mentes os monteyros por escolher os melhores, e hÛa das melhores he a branca toda e **depos** ella a amarella, ca de toda preta, ainda que en si seja perfecta color, pero nós non queremos en ella fallar, a menos que non fallemos en as outras.” (LM)

Um dos primeiros pontos a destacar está relacionado com o facto de que, pelo menos no Livro da Montaria, praticamente não se verificam ocorrências de *depois*, além de que a sua forma ortográfica se restringe a *depos*.

Ademais, em (7) e (8), o seu valor discursivo continua a ser idêntico ao do século anterior, i.e., continua a ser usado como advérbio de tempo, introduzindo E_2 como uma situação que sucede temporalmente E_1 .

Já o exemplo (9) apresenta algumas diferenças, aproximando-se um pouco da função dos marcadores elaborativos (Fraser 1999) ou dos conectores aditivos (Zorraquino & Portolés 1999), enquanto introdutores de informação. Com efeito, *depois* parece marcar uma sequência que não é de ordem temporal, mas sim de ordem qualitativa. Por outras palavras, o autor do texto classifica “a amarela” como aquela que tem melhor qualidade a seguir “à branca”, e essa classificação nada tem de temporal.

Como é evidente, não podemos generalizar este uso com base numa única ocorrência, porém, a sua existência alerta-nos para a necessidade de averiguar novos textos em busca de usos semelhantes.

Não obstante, de acordo com a proposta de Hopper (1987), o exemplo (9) estaria em fase de estratificação, na medida em que o seu novo uso coexiste com o mais antigo. Por outro lado, segundo Heine (2003), este novo uso surge por extensão do uso mais antigo.

Contrariamente à normalização ortográfica assinalada do séc. XIV, os textos do séc. XV denotam a ocorrência simultânea de formas *depois* (10), *depós* (11) e *despois* (12), embora as duas primeiras sejam mais produtivas.

- (10) “Entam foi por ele aa câmara da rainha, u siia falando com as donzelas. E **depois** filhou-o el-rei pola mão e assentou-o na seeda da Távola Redonda, u o seu nome era escrito, e disse-lhe, ao seer:” (DSG)
- (11) “(...) ergueu-se o melhor que pôde, como aquele que havia gram força e gram coração, cavalgou sobre o seu cavalo e foi-se **depós** Melias por se vingar.” (DSG)
- (12) “Entom fez sacar as cadeas aa dona. E **despois** que se ela viu deitou-xe-lhe aos pees e beijou-lhos nom o querendo el, e chorou pela gram lidice que ende houve.” (DSG)

No que concerne ao texto analisado para este século, não se verifica, todavia, qualquer alteração ao valor temporal de *depois*, verificando-se apenas uma flutuação ortográfica que, como referimos anteriormente, não está forçosamente relacionada com alterações a nível fonético.

O século XVI denota também a existência das mesmas formas ortográficas e de uma frequência de uso equivalente à anterior, tal como se pode observar pelos exemplos seguintes.

- (13) “Treslado e sumario de hũa chronica dos Reis de Bisnaga, que forão da era de mil e duzentos e trinta annos a esta parte, que foi **despois** da destroição geral do reino de Bisnaga.” (CRB)
- (14) “E **depois** de lhe entregarem o reyno foy aconselhado pello seu regedor e capitãees que matase a seu jrmão (...)” (CRB)
- (15) “(...) detreminou de ho fazer rey em sua vida, por que hera de seis anos, e não sabia o que por sua morte se pasaria, ho quoall se **depos** de rey, e de todo seu poder e nome, e o deu ao filho, e elle ficou por seu regedor (...)” (CRB)

À semelhança do exposto, não encontramos valores de *depois* diferentes do seu valor temporal. Independentemente da forma ortográfica escolhida, o seu uso visa apenas introduzir no discurso uma situação que é posterior à denotada por E₁, não se podendo, assim, falar em gramaticalização.

Contraste-se agora o valor discursivo presente nestes exemplos com os valores que o MD adquire no séc. XXI.

- (16) “Sim, e agora vai haver o quarto jogo, **depois** o quinto, sexto e assim • • até à trigésima primeira, • • até acabar o campeonato.” (PSFB)
- (17) “(...) para fazer face aos prejuízos que esta mesma divulgação teve para o Benfica. **Depois**, há mais um milhão e meio de euros por violação dos segredos de (...)” (CPN)
- (18) “(...) Um menino de três anos ficou preso numa máquina de brindes **depois** de ter tentado, desesperadamente, entrar para conseguir um boneco.” (CPN)
- (19) “Carrinho de rolamentos também é coisa, • • mas isso acabava sempre para o torto, que era sempre nas descidas que a gente ia, **depois** havia sempre um ((incompreensível)) a magoar.” (PSFB)
- (20) “Não podemos ser o 'bom aluno' e **depois** sermos penalizados por isso.” (CPN)
- (21) “Fica/ Fica perto de... **Depois** de Dume, **depois** do Estádio Axa.” (PSFB)

Através da observação dos exemplos acima torna-se visível que no presente século, embora *depois* continue a ser um recurso válido para a ordenação temporal de situações (16), este admite outros valores que pautam quer o discurso oral quer o discurso escrito. Sem nos prendermos muito com a descrição desses valores, dado que esse não é o objetivo principal deste artigo, notamos que, de acordo com Bastos (no prelo), o MD *depois* pode assumir valores de adição de informação (17), de causa-consequência (18), de conclusão (19), de contraexpectativa (20) e de localização espacial (21) (cf. Fraser 1999; Zorraquino & Portolés 1999). Assim, o MD introduz uma informação adicional em (17), uma consequência do descrito por E_1 em (18), uma conclusão derivada de E_1 em (19), um desfecho inesperado em (20), e o situar de um lugar em (21).

Todavia, segundo Bastos (no prelo), à exceção do valor aditivo e do valor de localização temporal, os restantes valores contêm ainda uma certa dimensão temporal, afinal de contas a situação introduzida por E_2 não deixa de ser temporalmente posterior a E_1 .

Por essa razão, consideramos que para o MD *depois* se verificam, atualmente, as fases estratificação, de divergência e de persistência, não se verificando nem a especialização do marcador nem a sua descategorização. Dito de outro modo, os valores emergentes de *depois* coexistem e interagem com os mais antigos, estando a sua interpretação dependente do contexto de uso, e muito embora se verifiquem valores distintos do valor primordial, estes conservam ainda traços do seu valor etimológico, que é temporal. Além disso, nem os novos usos são obrigatórios em qualquer dos contextos, nem existe perda de propriedades morfológicas ou sintáticas.

Em consonância, contemplando os mecanismos de Heine (2003), reiteramos o uso do MD, por extensão, em novos contextos, mas não legitimamos a perda total do seu conteúdo lexical, funcional, morfossintático ou fonético.

4.2. O Marcador Discursivo *agora*

Como apontamos no quadro teórico do nosso trabalho, *agora* pertence à classe dos advérbios que, tal como *depois* marcam a localização temporal. Nas suas ocorrências mais antigas, este advérbio pode assumir a forma *agora*, *agura*, *ahora* ou *aora* (Machado 1977), porém, nos textos analisados apenas encontramos as formas *agora* e *ora*, que tem, inclusive contemporaneamente, o mesmo sentido de *agora*.

É de referir também que o número de ocorrências é sobejamente mais reduzido do que o encontrado para *depois* e que, inclusivamente, não descobrimos qualquer uso deste advérbio no texto analisado para o séc. XIV, além de que, nos textos do séc. XIII apenas encontramos um exemplo, que de seguida expomos.

- (22) “E in sa ajuda dixе mul[ta]s uices E **ora** in ista tregua fur(ũ) a Ueracĩ amazarũli os om(é)s erma[rũ]li casaes seu torto al rec.” (NT)

Identicamente, ao que acontecia com *depois* no séc. XIII, também *agora* apresenta somente o valor de advérbio temporal, tal como se ilustra em (22), onde *ora* dá indicação de que o referido no conteúdo proposicional do enunciado que introduz se verifica no momento presente. Consequentemente, não se pode também falar na gramaticalização deste item no séc. XIII.

Já no séc. XV, embora todos os valores sejam também temporais, destacamos o exemplo (24), que assume uma nuance ligeiramente diferente, na medida em que se tira partido da enunciação do momento presente para identificar um momento do passado, representando uma relação inversa ao proposto por Raposo (2013).

- (23) “Este lago é mui em cambado, ca ante era frio e **ora** é caente.” (DSG)
- (24) “E, por **ora** há #III dias que morreu, aveo ãa cousa ante mim onde som muito maravilhado, e direi-vos qual.” (DSG)
- (25) “Amigos, assi é que a demanda do Santo Graal é sinal verdadeiro que vós iredes i cedo; e porque sei verdadeiramente que ja mais vos nom veerei assũados em minha casa, assi como **agora** vejo (...)” (DSG)

Contudo, mais uma vez ficamos impossibilitados de destacar qualquer traço que indicie o início de um processo de gramaticalização, dado que o advérbio *agora* mantém todas as propriedades semânticas, morfossintáticas e fonológicas que intrinsecamente possui desde a sua origem, além de não ganhar qualquer significado pragmático novo.

O mesmo acontece com o exemplo (26) do séc. XVI, que é indubitavelmente temporal.

- (26) “(...) saymdo do reyno de Cambaya começou a entrar e fazer guerra ao Ballagate, cujas terras **agora** são do Idalcão, tomamdo e destroyndo muitas cidades e lugares (...)” (CRB)
- (27) “(...) mamdou trazer hũa cabra, e lhe tirou os olhos, e os levou a mostrar a elrey, porque jaa esta hera a derradeira **ora** de ssua vyda, e lhos apresentou (...)” (CRB)

Em contrapartida, em (27), *ora* passa a ser utilizado num sentido diferente, que não deixando de ser temporal, deixa de dizer respeito ao momento presente, passando a dizer respeito a um período de tempo “abstrato” que não é explicitamente delimitado nem identificável. Daí decorre que, se pudermos encontrar usos semelhantes, podemos estar perante um fenómeno de estratificação, ou mesmo de divergência, caso não se trate apenas da emergência de um novo uso que coexiste com o anterior, mas de um uso diferente num contexto diferente. A estas duas fases podemos fazer corresponder o mecanismo de extensão, tendo, porém, em mente que um novo sentido em contextos igualmente novos não implica a gramaticalização do mesmo.

Repare-se agora nos exemplos do séc. XXI a partir de Matos (1999: 482-490).

- (28) “...era mocinho de convés, ao depois foi ajudante, foi moço de cozinha, depois foi ajudante e **agora** é que anda de cozinheiro”
- (29) “...de início [gostava de] os móveis que, que eu comprei, **agora** acho-os horrorosos.”
- (30) “A: e os cães não têm medo dos lobos, atiram-se a eles (...)? X: há cães que não têm medo, **agora** há outros que têm. conforme a raça e, e o tamanho deles, não é.”
- (31) “O médico está em greve. **Agora** tenho de procurar outro.”
- (32) “A: e o público verificou que eram de plástico, **agora** se o, se outras pessoas verificaram ou não, não sei.”

- (33) “... se ela for vacinada, duas doses seguidas, não é, se levar duas doses, pois ela ao fim de cinco anos é que leva a terceira dose, leva o reforço. **Agora** assim andar todos os anos a levar uma picada, ah isto tem que ser toda a vida vacinada...”

Os exemplos em causa ((28) – (33)) foram examinados pelo autor, podendo ser resumidamente descritos da seguinte forma: (28) – “valor de marcador temporal de sequência discursiva” (Matos 1999: 482), (29) – valor contrastivo temporal, (30) – valor opositivo, (31) – valor discursivo consecutivo, (32) – valor adversativo, que neste caso “acentua o descomprometimento do loquente face ao conteúdo da frase anterior (Matos 1999: 488), e (33) – valor contra-argumentativo⁶. Segundo o autor, os dois primeiros mantêm a dimensão temporal totalmente presente, enquanto, em (31), esta subsiste apenas parcialmente, estando, então, ausente nos restantes valores.

Dessarte, concluímos que a gramaticalização de *agora* está potencialmente mais avançada do que a de *depois*, apesar de, com base na amostra, não ficar claro que uma frequência de uso mais elevada potencialize a gramaticalização de um item linguístico (cf. Bybee 2003). Com efeito, esse aspeto não nos parece relevante nestes casos, uma vez que ambas as palavras são, pelo menos agora, muito utilizadas. Assim, embora apontemos igualmente as fases de estratificação e divergência, assim como de extensão (Heine 2003), para explicar o processo de gramaticalização de *agora*, derivamos a nossa conclusão do facto de não se verificar uma persistência tão efetiva do seu valor temporal.

5. Considerações finais

No presente estudo, procuramos identificar, se assim fosse possível, as diferentes fases de gramaticalização dos marcadores discursivos *depois* e *agora*, de acordo com as ferramentas identificativas oferecidas por Hopper (1987) e por Heine (2003), a saber, respetivamente: os princípios de gramaticalização e os mecanismos de gramaticalização.

Para o efeito, procedemos à análise de um conjunto de textos escritos entre o séc. XIII e o séc. XVI, com o objetivo de comparar os usos dos referidos MD's nestes períodos com os seus usos atuais, verificando se existe uma polifuncionalidade que corrobore os pressupostos teóricos assinalados.

⁶ Os valores propostos por Matos (1999) para *agora* são suficientemente idênticos aos já descritos para *depois*, razão pela qual nos absteremos de aprofundar esta questão.

Partimos, portanto, da hipótese de que em estádios arcaicos da língua o processo de gramaticalização ainda não se teria iniciado e, de facto, os dados mostram que, à exceção de um exemplo de *depois* no séc. XIV e de algumas nuances temporais de *agora* ligeiramente diferentes do habitual, essa hipótese foi validada.

Contudo, como mencionamos anteriormente, essas exceções podem ser pistas para uma pesquisa mais aprofundada, dado que outros textos poderão, porventura, fornecer amostras semelhantes. Com efeito, um dos pontos que gostaríamos de aprofundar no futuro está exatamente relacionado com a extensão do *corpus* recolhido, principalmente no que diz respeito a estádios mais antigos da língua.

Não obstante, destacamos a pertinência da análise dos usos atuais, cuja pluralidade de valores nos permitiu identificar as fases de estratificação, de divergência e de persistência (Hopper 1987), presentes em ambos os MDs, assim como a generalização contextual que Heine (2003) denomina de extensão.

Por último, lembramos, em consonância com Traugott & König (1991), que, malgrado o processo de gramaticalização se construa com base num conjunto de perdas e ganhos, devemos atentar principalmente nos ganhos alcançados na esfera pragmática, a partir dos quais se torna possível a evolução da língua, a economia linguística e o sucesso da comunicação.

Referências

- Barros, C. A. 2007. Estrutura discursiva e orientação argumentativa em textos de versões portuguesas da legislação de Afonso X: contributo para o estudo do discurso jurídico medieval. Dissertação de doutoramento, Universidade do Porto.
- Bastos, E. (no prelo). A polifuncionalidade do marcador discursivo “depois” em discursos orais e escritos: valores temporais e pragmáticos.
- Bybee, J. 2003. Mechanisms of Change in Grammaticalization: The Role of Frequency. In *The Handbook of Historical Linguistics* (602-623). Oxford: Blackwell Publishing.
- Fraser, B. 1999. What are discourse markers?. *Journal of Pragmatics* 31: 931-952.
- Heine, B. 2003. Grammaticalization. In *The Handbook of Historical Linguistics* (575-601). Oxford: Blackwell Publishing.
- Hopper, P. J. 1987. Emergent Grammar. *Proceedings of the Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Consultado em novembro 5 de 2020, em https://www.researchgate.net/publication/272816392_Emergent_Grammar.

- Hopper, P. J. 1991. On some principles of grammaticalization. In *Approaches to grammaticalization* (Vol. I, 17-35). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Jacobs, A.; Jucker, A. H. 1995. The historical perspective in pragmatics. In *Historical Pragmatics. Pragmatic Developments in the History of English* (1-33). Amsterdam: Benjamins.
- Lehmann, C. 1991. Grammaticalization and related changes in contemporary German. In *Approaches to grammaticalization* (Vol. II, 493-535). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Lopes, A. C. M. 2020. Repensar os Marcadores Discursivos: um estudo de caso. In *Marcadores discursivos. O português como referência contrastiva*. Frankfurt: Peter Lang.
- Machado, J. P. 1977. *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (Vol. II, 3.^a ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Marcuschi, L. A. 2001. *Da fala para a escrita atividades de retextualização* (2.^a ed.). São Paulo: Cortez Editora.
- Martín Zorraquino, M. A.; Portolés Lázaro, J. 1999. Los marcadores del discurso. In *Gramática Descriptiva de la Lengua Española* (Tomo III, 4051-4213). Madrid: Espasa.
- Matos, S. P. F. 1999. *Adverbiais de tempo em português contemporâneo: forma e significação*. Dissertação de doutoramento, Universidade do Porto.
- Meillet, A. 1948 [1912]. L'évolution des forms grammaticales. In *Linguistique générale et linguistique historique* (130-148). Paris: Champion. (Citado em Traugott & König 1991).
- Raposo, E. B. P. 2013. Advérbio e sintagma adverbial. In *Gramática do Português* (Vol. I, 1569-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Said Ali, M. 1971. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (Vol. 19). Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos.
- Traugott, E. C. 1989. On the rise of epistemic meanings in English: An example of subjectification in semantic change. *Language* 65(1): 31-55. (Citado em Traugott & König 1991).
- Traugott, E. C. 1990. From less to more situated in language: The unidirectionality of semantic change. *Papers from the Fifth International Conference on English Historical Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 496-517. (Citado em Traugott & König 1991).
- Traugott, E. C.; König, E. 1991. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In *Approaches to grammaticalization* (Vol. I, 189-218). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Traugott, E. C. 2003. Constructions in Grammaticalization. In *The Handbook of Historical Linguistics* (624-647). Oxford: Blackwell Publishing.